

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE AS COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS EM  
SEGURANÇA PÚBLICA (PEC 018/2025)**

**REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_, DE 2025**  
**(Da Sra. Maria do Rosário)**

Requer a realização de audiência pública  
para tratar sobre a garantia de estruturas  
especiais no enfrentamento da Violência  
contra a Mulher e a PEC 18/2025

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos artigo do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para tratar sobre garantia de estruturas especiais no enfrentamento da Violência contra a Mulher e a PEC 18/2025.

Para tanto, sugerimos os seguintes convidados à audiência pública aqui proposta:

1. Rochele Fellini Fachinetto, Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania – UFRGS/CNPq ;
2. Um representante do Levante Feminista;
3. Representante do Ministério das Mulheres;
4. Representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH);

**JUSTIFICAÇÃO**



A violência contra a mulher permanece como uma das mais graves violações de direitos humanos no Brasil, atingindo indistintamente mulheres de todas as classes sociais, raças, etnias, idades e orientações. Apesar dos avanços legislativos, em especial a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e a Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), os índices de agressões, abusos e mortes de mulheres ainda revelam a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de prevenção, proteção e responsabilização dos agressores.

Nesse contexto, a PEC nº 18/2025 pode se apresentar como um marco relevante se tornar possível o fortalecimento constitucional das políticas de enfrentamento à violência de gênero, garantindo a criação, manutenção e consolidação de estruturas especiais – como juizados, promotorias, defensorias, delegacias e serviços de atendimento integrados – destinadas ao atendimento das mulheres em situação de violência. A constitucionalização desse dever do Estado representa passo fundamental para assegurar estabilidade institucional, previsibilidade orçamentária e maior efetividade na proteção às vítimas.

A realização de audiência pública se mostra imprescindível para aprofundar o debate democrático em torno da proposta. É necessário ouvir especialistas, operadores do Direito, movimentos de mulheres, representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como organizações da sociedade civil. O diálogo plural permitirá avaliar de forma crítica e abrangente como a PEC 18/2025 pode contribuir para consolidar uma rede nacional de enfrentamento à violência, ao mesmo tempo em que revela os desafios de implementação nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Portanto, a presente audiência busca não apenas subsidiar a tramitação da PEC 18/2025, mas também reafirmar o compromisso desta Casa Legislativa com a defesa da vida, da dignidade e da cidadania das mulheres brasileiras, fortalecendo o pacto social contra todas as formas de violência de gênero.



Sala das Comissões, de setembro de 2025.

Maria do Rosário  
Deputada Federal

Apresentação: 12/09/2025 14:14:52.023 - PEC01825

REQ n.26/2025

